

Inflação de 60%, prevê empresário

"Falar em 33% de inflação em 79 é a mesma coisa que o Deifim Neto (à época ministro da Fazenda) falar em uma inflação de 12% em 73. Minha empresa está trabalhando com uma taxa inflacionária de, no mínimo, 60% neste ano. A inflação de passagem, o que já está assumido, é de 40%, decorrente do aumento dos preços do petróleo e do serviço da dívida externa brasileira. Os outros 20% ficam por conta da pressão dos preços — houve uma contenção muito grande no segundo semestre do ano passado e isso agora precisa desaguar — dos aumentos salariais e das concessões que o governo vai ter de fazer em função da abertura política".

A afirmação é de Luiz Lacerda Blagi, vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados, uma das dez maiores empresas do setor. Principal executivo do grupo, ele se mostra muito preocupado com a atual conjuntura econômica, que se encaminha para uma recessão, em seu entender (no seu setor, já existe uma mini-recessão). A estimativa de uma inflação de 33% é de Mário Henrique Simonsen, atual ministro da Fazenda e provável ministro do Planejamento no governo Figueiredo.

A expectativa inflacionária de Blagi, embora alta, não destoa da que foi detectada nos meios empresariais através de pesquisas realizadas por órgãos de imprensa. Nessas pesquisas — três — nenhum empresário disse estar trabalhando com uma inflação inferior a 40% em 79. A média da opinião empresarial ficou em torno de 50%.

"A única forma de se evitar a recessão é aguentar mais uns dois ou três anos de inflação alta e renegociar a dívida externa. E chegar para o banqueiro internacional e falar: 'Eu não vou pagar'. Não vejo saída fora disso", enfatiza o empresário.

Segundo Blagi, "estamos entrando em uma situação de ficar (o Brasil) desmoralizados internacionalmente porque tem muita gente falando grosso e fazendo fino". Referia-se aos que se posicionam inteiramente contra uma moratória internacional, afirmando que a dívida externa não preocupa, quando na prática algumas empresas estatais estão começando a renegociar seu financiamento externo.

O vice-presidente da Zanini admite que o governo possa buscar uma outra fórmula que não a preconizada por ele. No entanto, julga urgente a definição de uma política: "O diabo são os privilégios. O governo toma uma medida global nas exclusivas A, B ou C, por compromissos da Corte".

Quando ao seu setor — bens de capital — Blagi disse ontem à imprensa que "nunca houve uma carteira de encomendas tão grande e tão insegura". Isto porque a carteira é teórica, baseada em grandes projetos como Itaipu e Tubarão, cujos cronogramas não se sabe se serão cumpridos. Por outro lado, afirma Blagi, "a disponibilidade de recursos é a menor de toda a história", o que pode gerar atrasos naqueles grandes projetos.

A carteira de encomendas do setor realmente existente e segura é pequena, segundo o vice-presidente da Zanini, "com o agravante de que nossos clientes estão sem dinheiro, provocando o maior nível de atrasos de pagamento da nossa história, o que dá um desdobramento em cadeia, impedindo que a Zanini assuma plenamente seus compromissos". E arremata: "já é uma mini-recessão", no setor de bens de capital. Para ele, essa realidade pode levar à importação de equipamentos factíveis de serem produzidos internamente.

A situação só não é pior porque quando determinada empresa tem algum problema o governo lhe faz uma encomenda, solta financiamentos etc. "Ou seja: o governo vem e dá um analgésico. O que eu não sei é até quando nós vamos conseguir viver protelando a realidade. Talvez fosse melhor enfrentar o problema de vez e dizer: eu não pago, eu também não". Esse raciocínio de Blagi não se prende somente ao setor empresarial mas também ao governo, no que se refere à dívida externa.

Zanini explica joint-venture

A Zanini Equipamentos Pesados e a The Foxboro Company (dos EUA) apresentaram recentemente um projeto ao CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) para a fabricação de instrumentos de medição e controle de processos industriais, através de uma "joint-venture" (associação) das duas empresas. Embora o CDI não tenha ainda aprovado o projeto da Foxboro/Zanini, as empresas chamaram ontem a imprensa para prestar esclarecimentos sobre o projeto. Além delas, há cerca de 10 empresas (como a Dedini/Engemattic, Honeywell, Taylor e Siemens) interessadas no edital de pré-qualificação publicado pelo CDI em outubro passado. O governo só aprovará dois ou três desses projetos.

Luiz Lacerda Blagi, vice-presidente da Zanini, e Joseph Paparella, diretor jurídico da Foxboro, explicaram que o nível de nacionalização do seu projeto conjunto será de 65% no início, chegando a 94% ao final da etapa de implantação, que deve durar cinco anos. A Zanini detém 51% do capital, ficando os restantes 49% com a Foxboro. Quanto à localização, a Zanini prefere a região de Ribeirão Preto (onde está instalada), mas admite que a "joint-venture" se fixe em Minas ou no Paraná, para atender à política de descentralização industrial do governo. Em qualquer caso, a engenharia e vendas serão concentradas em São Paulo.

A "joint-venture" Foxboro/Zanini prevê um investimento total de 20 milhões de dólares, a preços de janeiro de 79. Pelo acordo de acionistas, a Foxboro não receberá "royalties" pela transferência de tecnologia e se compromete a fornecer qualquer informação pedida pela "joint-venture". A transferência de tecnologia se dará na medida da capacidade de absorção brasileira. Blagi afirma que a tecnologia não está nos desenhos, "mas nos macetes, nas cabeças das pessoas; só se transfere tecnologia de cabeça a cabeça, se nós conseguirmos absorver tudo, eles transferem tudo e nós vamos gerar nossos próprios projetos".

Segundo Blagi, a transferência de tecnologia foi o ponto mais discutido com a Foxboro e a Zanini acabou por conseguir convencê-la a trocar o pagamento de "royalties" pela oportunidade de entrar no mercado brasileiro e participar dos lucros como acionista.

O segundo ponto que gerou mais discussão foi o da exportação. A "joint-venture" acabou por ficar livre para exportar para qualquer parte do mundo. "E não tem carta paralela — garante Blagi — ao contrário do que ocorre em 90% dos casos semelhantes". A "carta paralela" é um instrumento particular muito usado em "joint-ventures" e significa na prática que se apresenta um acordo de acionistas ao governo que interesse ao país mas que, na realidade, não vai ser cumprido, substituindo-o pela "carta paralela", mais favorável aos interesses multinacionais.

A Foxboro é líder do mercado mundial de instrumentos de medição e controle de processos industriais, do qual detém cerca de 20%. Seu faturamento anual é de 400 milhões de dólares. Atualmente, o Brasil importa praticamente tudo neste setor, em operações no valor de 50 milhões de dólares. As previsões de importação para daqui a cinco anos são — caso não se inicie a fabricação interna — de 100 milhões de dólares.

O vice-presidente da Zanini criticou ainda a conduta empresarial. "Há uma falha do empresário que relaciona seu caso particular com a situação geral. Se ele vai bem, tende a afirmar que a situação é boa. Na verdade, falta definir uma linha crítica que permite dizer que eu vou bem mas a coisa vai mal. A falta dessa linha enfraquece uma solução filosófica".